CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020, às 14h00min, foi realizada a 60ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, na Rua São Bento, 405, Auditório do 15° andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: 1. Comunicações Gerais; 2. Balanço GeoSampa; 3. Apresentação do Programa Centro Aberto. **01)** A reunião foi iniciada as 14h30min com a posse dos conselheiros Giulia Pereira Patitucci (Titular) e Alcyr Barbin Neto (Suplente) pela SMDHC através da Portaria SGM 363/2019. Na sequência a Secretária Executiva do CMPU, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca informou sobre a publicação da alteração do Decreto n° 56.268/2015, através do Decreto n° 59.208, publicado no Diário Oficial da Cidade em 06 de fevereiro de 2020, e do comunicado SMDU/AOC/CMPU/001, publicado no Diário Oficial da Cidade em 08 de fevereiro de 2020, ressaltando que os mesmos foram encaminhados através de e-mail para todos os conselheiros com antecedência. Em relação às alterações do referido Decreto, explicou sobre a alteração na composição da Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU, pois haviam duas cadeiras destinadas para Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, devido a incorporação da antiga Secretaria de Serviços à SIURB, além de não haver a indicação dos representantes da SIURB. E devido as necessidades da CTLU, em razão de diversos pedidos que necessitavam de algum parecer da Secretaria Municipal da Cultura - SMC, foi feita uma proposta para inclusão da SMC, e a mesma foi acatada. Também esclareceu que houve a regularização da presidência dos conselhos, pois anteriormente o Decreto incluía a Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo – CMPT, que passou a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL e a Comissão de Análise Integrada de Assuntos Fundiários – CAIAF, órgão que foi extinto. Foi regularizada ainda a indicação dos substitutos à presidência quando houver ausência ou impedimento legal. Explicou ainda, que foi feita uma mudança quanto ao mandato dos representantes da Sociedade Civil nos órgãos colegiados, regularizando a redação para que se igualasse ao que consta para o CMPU no Plano Diretor. Ou seja, o mandato nos órgãos colegiados será de dois anos, permitindo-se apenas uma recondução sucessiva, uma vez que, do modo como estava escrito no Decreto anterior, não era permitido que os conselheiros voltassem a fazer parte do conselho novamente, mas, com essa mudança o conselho fica equiparado aos outros conselhos da SMDU. Informou que na CTLU foram recebidas 10 indicações, como Viva Pacaembu, CBCS, Setor Empresarial, algumas com ausência de documentação. . Expôs como exemplo o caso da Sra. Larissa e do Sr. Gianfranco, pertencentes ao setor Acadêmico e Técnico Profissional, cujos titulares foram impedidos, uma vez que não atendiam a legislação, conforme o comunicado. Esclareceu que o IAB está completo, universidade não apresentou toda documentação, porém os mesmos informaram que iriam complementar, e o CADES faltaria a indicação

da suplência, ressaltando que saiu publicado no Diário Oficial da Cidade, uma ata que consta a referida indicação, mas que ainda não houve a formalização da indicação por parte do CADES, não sendo possível fazer a nomeação, enquanto não se tiver a documentação necessária. Foi esclarecido que há duas inscrições do CPM, mas que devido à eleição do CPM ocorrida em dezembro, com lista do Biênio de 2020-2021 publicada, foi constatado que os indicados não pertencem ao CPM vigente. Informou ainda que as questões que foram levantadas, e saíram publicadas no Comunicado. Explicou que foram recebidas algumas manifestações, porém as vagas que não forem preenchidas, mesmo com essas complementações, ficarão pendentes de indicação pelo conselho, ainda neste mandato, sendo que haverá uma reunião dia 18 de fevereiro da CPPU, e a sociedade civil precisa compor a comissão. Com relação a indicação do CPM foi esclarecido que houve um pedido de recurso, por parte da Conselheira titular do CMPU no CPM Oeste, Sra. Aparecida Magrini, que indicou duas pessoas que não fazem parte do CPM, sendo que no recurso fez uma relação com o Decreto vigente, ressaltando o parágrafo segundo, que diz que será permitido a indicação de pessoas físicas e entidades que não compõem o CMPU, o que estaria correto, uma vez que de fato os conselheiros podem fazer indicação de pessoas fora do CMPU, porém eles devem representar uma entidade, para isso tem que haver uma chancela dessa entidade que representaria. No caso do CPM, para que essas pessoas possam representar o Conselho, elas devem fazer parte do CPM, sendo que foi constatado que eles não foram eleitos, conforme já exposto, portanto eles não podem ser indicados para fazer parte nem da CTLU, nem da CPPU. Quanto às indicações para a CPPU, foi esclarecido que houve indicações da entidade Viva Pacaembu, que está completa, do Setor Empresarial, em complementação, do IAB, que está completa, da Universidade, que assim como na CTLU também complementará os documentos, e do CADES está pendente a chancela do conselheiro, bem como dos documentos de indicação da suplência. Ainda com relação a CPPU, informou que não foi atingido nem o mínimo necessário para o conselho ser paritário, sendo assim, mesmo que consigam a chancela da entidade, nas duas indicações (Universidade e CADES), a CPPU ainda terá uma vaga remanescente a ser preenchida.. Após essas informações, a Secretária Executiva do CMPU explicou e tirou dúvidas sobre as minutas de resolução da CPPU e da CTLU, que após a leitura foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. Explicou que será dada ciência ao CMPU nas próximas reuniões do colegiado com os representantes da Sociedade Civil da CPPU e CTLU que tomarem posse posterior às resoluções como sugeriu o representante da assessoria jurídica da SMDU. **02)** Em seguida, foi passada a palavra para Sra. Luciana Pascarelli, coordenadora do GEOINFO da SMDU, que fez a apresentação do Balanço GeoSampa. Primeiramente esclareceu que em sua coordenadoria, dentre várias atividades também

coordena o GeoSampa e que a apresentação será um balanço de tudo que aconteceu em 2019, ressaltando que o GeoSampa completou cinco anos de existência. Ressaltou ainda, que foi um ótimo ano com muitas mudanças, inclusive conteúdos novos, novas formas de consulta, muitas análises, para quem está usando o GeoSampa. Destacou que ele é uma ferramenta extremamente útil para os servidores públicos, mas também o cidadão de fora da prefeitura, constando mais ou menos 150 mil acessos/mês, totalizando cerca de dois milhões de acesso em 2019. Destacou, ainda, a importância de prestar essas informações com qualidade e responsabilidade, e que hoje em dia os usuários não são só são os especialistas, que não é só um profissional de arquitetura, de engenharia, ou um cartógrafo, mas todos estão usando os dados e os mapas, tomando suas decisões desde ir de um lugar a outro, vendo qual o melhor percurso, até a implantação de políticas públicas, que de fato é o que a cidade precisa, se baseando em fatos e não em suposições. Enfatizou que a apresentação será com base no que se identificou ao longo destes cinco anos, de como esses dados vem sendo utilizados e a riqueza destas informações, demonstrando que o GeoSampa não é só um site, por trás disso tem um sistema, e que este sistema não é só tecnologia, este sistema tem pessoas que fazem parte do GeoSampa, todos os servidores públicos que de uma forma ou de outra, as vezes sem saber estão coletando informações, e abastecendo o sistema de informações geográficas da cidade de São Paulo que é o GeoSampa. Destacou que em um panorama geral sobre conteúdo, hoje tem 240 layers, camadas, temas e informações de "n" assuntos, que não precisa ficar navegando de uma página para outra, para achar informação sobre educação, saúde, assistência social. Por isso, o mapa é melhor do que qualquer planilha e do que qualquer relatório. Ressaltou que é possível ver a realidade da forma mais próxima, do que aquilo que vemos e encontramos na vida real. Entrando no que foi feito em 2019, destacou algumas camadas e alguns conteúdos, sendo que a camada de calçadas foi um trabalho em parceria com a SP-Urbanismo, onde todas as calçadas da cidade de São Paulo são desenhadas e qualificadas, tendo a largura, a declividade, e a anotação de quais são as calçadas que foram indicadas na PEC por legislação. Com relação as Ortofotos de 2017, esclareceu que foram publicações muito importantes, pois até então o que se tinha de mais recente da cidade era de 2004, com o nível ótimo de detalhamento. **03)** Neste momento o Presidente do CMPU, Fernando Chucre, interveio para esclarecer ao colegiado que PEC é o plano emergencial de calçadas, e que é prioritário para a prefeitura investir. É o programa que foi lançado para obras nas calçadas em cima de uma série de critérios, e que está no site para consultar as informações. Retomando a palavra, a Sra. Luciana continuou a exposição sobre as Ortofotos, informando que é um trabalho feito em parceria com a Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, um projeto bem grande,

onde estão sendo publicados vários produtos. Enfatizou que a digitalização dos lotes, saiu da era do papel e do pdf*, onde os dados não estão só digitais para quem está enxergando, mas também para quem está fazendo a gestão, sendo que a cada alteração, a cada desmembramento, ou qualquer alteração do cadastro fiscal que antes era feita no papel, desenhando e escaneando, hoje já é feito pela base digital conectada diretamente com a base da Secretaria Municipal da Fazenda, isso é muito importante para não ter replicação e duplicidade. Destacou que é um trabalho importante, com a disponibilização do zoneamento para o cidadão na forma de uma ficha mais clara, mostrando o que ele pode ou não pode construir, alguns parâmetros, que já tinha uma evolução na apresentação em mapa, mas não como texto. Explicou que a ficha foi um avanço bem significativo, reduzindo muito o atendimento presencial, pois algumas pessoas tinham que ir até a secretaria para conseguir as informações, o que ela agora pode ter de casa, pela internet, a partir das informações do lote. Com relação a Secretaria Municipal da Cultura / Departamento do Patrimônio Histórico, foi um ótimo trabalho durante o ano de 2019, com muita informação sobre patrimônio, sobre sítio arqueológico, sobre lugares de memórias, que foi o último dado que foi publicado, que. teve uma repercussão enorme, um reconhecimento do trabalho de profissionais, que estão fazendo sua atividade no dia a dia, e que não veem as pessoas usando. Informou que a publicação pelo GeoSampa, foi o primeiro resultado positivo sobre a satisfação dos servidores do departamento de patrimônio histórico, e que também a publicação dos acidentes de trânsito pela Companhia de Engenharia de Tráfego, onde também muita coisa já foi produzida com esses dados de acidentes, se observa que no mapa, há bastante informações, como tipo de acidente, horários, se foi moto, bicicleta, número de vítimas, isso vale para todos os dados do GeoSampa, não só localização, mas toda a informação que ele traz. Enfatizou, ainda, que no ano passado foi realizado a primeira "Hackathona GeoSampa", uma maratona de tecnologia e gestão pública, onde foi lançado um desafio, do que estão fazendo com os dados do GeoSampa, e como a prefeitura pode participar disso e aproveitar esse conhecimento. Esclareceu que foram inscritos dezoito trabalhos, em diversas áreas, tanto em programação, como em gestão, e com isso, a secretaria ficou com um espaço em um evento de Geotecnologias, e que também houve participação do primeiro "GIS DAY", Gis é o SIG (sistema de informação geográfica) que aconteceu na cidade de São Paulo, em parceria com o SENAC. Ressaltou que foram eventos que a secretaria foi convidada, e com isso é aproveitado não só para falar sobre o trabalho da prefeitura, mas também para convidar os estudantes ou quem tiver curiosidade para conhecer o GeoSampa, e entende-lo como uma ferramenta de cidadania, uma ferramenta de trabalho, que produz muita coisa, , porque a partir dele você começa a conhecer a cidade, e talvez planejar, entender como quer que ela seja daqui para

frente. Destacou, ainda, que o São Paulo Tech Week também foi um evento que a Secretaria participou. Observou que foi feito um levantamento digital de toda a cidade de São Paulo, onde tem dois produtos, um é o modelo do terreno, a cratera de colônia e então foram disponibilizados dados publicamente, sendo que São Paulo é a primeira cidade que faz isso, e que não guarda os dados só pra si, até porque a capacidade de processamento deste material é muito grande, e quer que a comunidade participe junto, e que tem bastante gente desenvolvendo solução, principalmente na área de gestão de risco, enchente, e que é um trabalho bacana. Enfatizou também que o próximo que será disponibilizado é o que está em cima do terreno, que são edificações, árvores, fiação, chamado de modelo digital de superfície, que nada mais é que a cidade em 3D, feito em nuvem de pontos, então cada ponto da cidade o laser vai e volta em algum ponto, e com isso vai montando a cidade, esses dados estão sendo processados. Esse ano serão publicados para acesso ao público e também restrito. Ressaltou que alguns exemplos que chegaram de usos do GeoSampa são de pessoas não conhecidas realizado através de pesquisas. Destacou ainda que a partir dos mapas históricos, se deu o desenvolvimento de um aplicativo para reconhecer a história da cidade, para percursos a pé, e as matérias que saíram sobre o programa de calçadas. Ilustrou com uma frase "quando não conhecemos, achamos que não existe". Ressaltou que isso vale para as calçadas, pois se olhamos para elas como se deveria, também para os rios, observando que esse é um projeto feito chamado rios descobertos, eles concorreram na Hackathona, que já foi citado no início da apresentação. Enfatizou que pegaram várias camadas do GeoSampa, vários arquivos e fizeram uma maquete em 3D com luzes para quem tem algum tipo de deficiência, de acessibilidade, e também para crianças. Enfatizou, ainda, que fizeram toda a hidrografia que não se vê, inclusive com rios que já estão canalizados ou que já não existem mais. Observou que tem outros usos mais funcionais para quem trabalha com a informação em tempo real, ou comparação, como mudanças de linhas de ônibus em São Paulo, destacando que essa é uma camada com conexão em tempo real, com a base da SPTrans, Sendo que qualquer alteração, e quem quiser baixar esses dados, fazer integrações, se consegue fazer. Ponderando que essas são todas iniciativas externas, que não é nada produzido pela prefeitura. Observou, ainda, que tem também um aplicativo feito para quem é cadeirante, de mobilidade, que utilizou declividade de calçada, de terreno, e as ligações das vias para classificar os distritos em mais ou menos acessíveis. Enfatizou que agora está acontecendo um curso do GeoSampa, e que estão permanentemente a disposição para fazer a capacitação, treinamento, curso e aula na EMASP ou aonde formos chamados. Destacou que é importante fazer essa disseminação, e que sempre tem ferramentas novas e de se estar sempre aprendendo muito nos cursos, com funcionalidades que vamos

descobrindo junto com os usuários. Ponderou, também, que sempre se destaca a importância dos processos de transparência nisso tudo e que a lei de acesso à informação colaborou muito com a própria construção do GeoSampa. Enfatizou um ranking feito em parceria pela Open Knowledge e FGV, com comparação do índice de abertura de dados nas cidades, destacou a abertura de dados além da transparência, que mostra o quanto aquele dado está pouco trabalhado, sem nenhum viés, para que as pessoas possam usar e fazer suas interpretações. Ressaltou que a cidade de São Paulo ainda tem muita coisa para abrir, mesmo assim tem destaques em relação às demais cidades, e de que eles abrem os temas das cidades, onde tem legislação, funcionalismo público, e o item mapas, sendo que este é o item que tem mais destaques pela facilidade de navegação, ausência de login e de senha, tipo de cadastro, volume de informação e o formato dos dados que estão disponíveis. Ponderou falando em dados e informação, que existe outra plataforma que é o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo, onde são trabalhados os mesmo dados, só que não é visto em mapa, e sim como índices, como taxas, comparando o número de acidentes (aumentou ou diminuiu), ou o número de vagas em creches, desde o ano 2000, (crescendo ou diminuindo). Ponderando, ainda, que são indicadores que permitem avaliar a política pública que está sendo implantada em diversas áreas, ressaltou também que houve uma reestruturação bem importante ano passado deste portal. Enfatizando que a série de Informes Urbanos é um outro trabalho que o departamento faz, onde é selecionado um tema e acontece uma pesquisa mais a fundo, sobre algo de impacto para a cidade de São Paulo, Ressaltou que recentemente foi publicada a pesquisa Origem – Destino (OD) do Metrô, com uma quantidade riquíssima de informação, e que está dando muito material para os últimos informes, por exemplo o uso de bicicletas na cidade de São Paulo. Explicou que os dados são processados, são feitos recortes e faz análise de como tem sido a política, por exemplo da bicicleta, a locomoção dos idosos neste período da pesquisa, mas, ponderou que tem outras pesquisas, sobre poluição, sobre mobilidade, sobre mercado imobiliário etc. Por fim, convidou a todos a conhecer o site, agradeceu o convite, e finalizou sua apresentação. **04)** Em seguida a Secretária Executiva do CMPU, abriu as inscrições para perguntas referentes a apresentação. **05)** O Sr. Eduardo Della Manna, Conselheiro suplente da Associação Comercial de São Paulo - ACSP, parabenizou o trabalho de toda a equipe do GeoInfo, dizendo que ficou imaginando que até sete anos atrás tudo isso não existia, e que isso surgiu na gestão passada, coordenado pelo Sr. Thomás, e que felizmente o trabalho persistiu e evoluiu, o que não é uma prática usual nas gestões, de ter boas experiências sendo levadas adiante, um trabalho fantástico e com uma evolução constante. Como segundo ponto, enfatizou que já foi manifestado em outra reunião deste conselho, que os recursos do FUNDURB, têm tradicionalmente

um viés setorial, e que a Secretaria Municipal de Habitação vai pedir um recurso, Secretaria Municipal de Cultura pede um recurso, diversas outras secretarias vão pedindo recursos, e que não se tem uma dimensão territorial da aplicação do FUNDURB, e isso é muito importante, começar a ter um olhar mais territorial, ponderando que se integrando algumas ações setoriais, poderia mudar de fato a cara do território com ações setoriais complementares. Ponderou ainda, que sem dúvida nenhuma, essa ferramenta é muito importante para começar a trabalhar com esse olhar mais territorial. Por fim, solicitou para a Sra. Luciana, se poderia ser apresentado na próxima reunião do conselho do CMPU, algum caminho para orientar o conselho e seus representantes do FUNDURB para ter um olhar mais territorial e menos setorial. **06)** O Sr. Mauricio Ramos, Conselheiro suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste, informou que também é voluntário da S.O.S. Mata Atlântica no programa "Observando os Rios" e monitor do Córrego das Corujas, iniciou parabenizando o serviço do último Plano Diretor na lei de zoneamento, que antes era terrível conseguir carregar os dados, que deixava carregando a noite inteira para conseguir olhar de manhã, para saber o que tinha acontecido na área de zoneamento da cidade. Destacou que foi um avanço incrível, a disponibilização destes dados para a população, e que isso não pode parar, tem que continuar, aperfeiçoar e melhorar cada vez mais. Perguntou para a Sra. Luciana, se no GeoSampa é contemplado o recurso hídrico esquecido que são as nascentes urbanas, aquelas águas que brotam das calçadas, aquele mapeamento que é feito hoje em um sistema voluntário, mas que de maneira alguma é contemplado pelo poder público. Observou que da última vez teve o problema da praça das nascentes, que o pessoal da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e algumas outras entidades, estavam julgando o caso e estão vendo se é um olho d'água ou uma nascente urbana. Enfatizou que no seu entendimento, e estudo de Hidro Geólogos, que é uma nascente urbana que não pode ter nenhuma construção em cima. Enfatizou, ainda, que ter esse mapeamento pelo GeoSampa, e o reconhecimento pelo poder público é importantíssimo para que continuemos os nossos recursos hídricos urbanos. Expôs ainda, uma pergunta que já estão fazendo há dois anos, sobre o problema de impermeabilidade da cidade, ressaltando que solicitou um pouco mais de infraestrutura verde, ao invés de infraestrutura cinza, para ter essas ações mais sustentáveis, para que se possa ter uma cidade mais justa, e para que nossas construções possam conviver e estar em harmonia com o meio ambiente. **07)** O Sr. Alberto Milani, Conselheiro suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, começou dizendo que acha incrível a ferramenta, democraticamente e da forma cidadã. Fez a sugestão da possibilidade de fazer do GeoSampa um caminho para as secretarias, pois o GeoSampa depende dos informes e das atualizações que são dadas para cada seguimento específico na perspectiva do território. Ressaltou

então, que como quem mora, ou quem está no local tem mais informações, e podem fazer correções, seria legal se o GeoSampa centralizasse isso, no sentido de informar a secretaria. Como exemplo, citou uma proposta que foi feita de um percurso para a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, que é começar a ter acesso às espécies de árvores que temos na nossa calçada. Enfatizou que é uma ferramenta, tanto de planejamento, como uma ferramenta para você pensar nas possibilidades de árvores etc. A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, achou ótima, e em algum momento eles irão dar essa informação para o GeoSampa, mas para chegar até isso, teve que ir até a Secretaria para falar com a diretora etc. Ponderou que talvez se pudesse mandar sugestões e atualizações para o GeoSampa, e encaminhando para as Secretarias pertinentes, como o equipamento público que porventura não ficou, ou coisas desse tipo, de modo que o GeoSampa, tenha essas atualizações. **08)** A Sra. Mariana Ferraz Kastrup, Conselheira titula do Viva Pacaembu, iniciou parabenizando e dizendo que tem orgulho desta ferramenta, quando vai usar fica feliz, e que cada camada que é descoberta, sente que é uma coisa de ponta, e que funciona muito bem. Seguindo a fala do Alberto, uma sugestão de uma camada, de um cadastro de árvores, porque no sistema ela aparece como pontos verdes, ressaltando que . se não tiver a possibilidade de marcar o tipo de espécie, mas se ela tivesse um número que fosse interligado ao 156 com as ocorrências, para saber quais as regiões são mais críticas, e que as árvores estão mais desbalanceadas, porque tem regiões com muitas árvores, tem uma poda para fiação que acaba prejudicando as plantas, as árvores, e que essa ligação com o 156, as ocorrências seriam interessantes, pois já aconteceu no bairro de podarem arvores erradas, só pelo fato de darem o endereço, foram e cortaram a árvore errada, foi um caso raro, que o biólogo da prefeitura compareceu, mas aconteceu. Então, enfatizou que se ela tivesse um número para a pessoa pode consultar e falar, é o cadastro tal, seria mais interessante. E sobre o curso, a Conselheira gostaria de saber se a capacitação é aberta para empresas, ou se um cidadão comum pode, pois uma coisa que falta bastante na prefeitura é a possibilidade de treinamento de profissionais que atuam com licenciamento, com aprovação, que a interação com as ferramentas de tecnologia, até aprender se bate a cabeça. **09)** A Sra. Viviane Manzione Rubio, Conselheira titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, parabenizou o sistema GeoSampa, dizendo que desde 2014, quando começou, colocava no curso e dava aula para explicar como funcionava. Destacou que aprendia a mexer no sistema, ia para o laboratório de informática e ensinava os alunos a pesquisar, e usar como ferramenta de ensino dentro da metodologia. Enfatizou que como já trabalhou na Prefeitura de Osasco, a mesma acompanhou a criação do GeoPortal, destacando que só que tem uma diferença, em Osasco, não tem abertura de dados, então tem que ir à prefeitura para disponibilizar,

se quiser fazer uma pesquisa, ponderou que isso já ocorreu, já levou seus alunos em uma tarde lá em Osasco, como já tinha trabalhado lá, tinha acesso. Ponderou então que a questão da abertura dos dados é fantástica, porque tem a possibilidade de usar isso de "n" maneiras, para fazer levantamentos, além da possibilidade de fazer contribuições. Enfatizou que como já foi falado das árvores, os alunos estão trabalhando com área do Glicério há alguns semestres, e que quando é feito o levantamento de uso do solo, percebe-se que tem algumas informações estranhas, que não são compatíveis. Ressaltou que tudo bem que o solo é predominância, mas mesmo a predominância ela tem algum equívoco, e que se pudessem contribuir, quando estavam fazendo aquele levantamento, Destacou que no segundo semestre estavam fazendo levantamento no Bixiga, e que então, se esse levantamento que os alunos fazem poderiam ser enviados para a prefeitura, para que possam informar que o cadastro tem alguma coisa ali com problema. Observou se tem predominância de uso residencial vertical médio alto padrão, que não é lá no sistema, que andando ali já se sabe. Fazendo só um comentário, ponderou que aqueles ícones (símbolos) da educação e cultura, são bem ruins, e quando os alunos usam aquilo, pede para eles mudarem, criarem seus próprios, pois são ícones que se sobrepõem sobre o outro e são grandes, então se quiser colocar um sobre o outro, por exemplo, educação com cultura, mistura e não enxerga mais. **10)** O Sr. Irineu Burin, Conselheiro suplente do CMTT, começou dizendo que a Sra. Mariana do Viva Pacaembu apresentou um problema bem interessante, como o problema do cadastro. Ressaltando só que o trabalho todo desenvolvido nunca aparece quem é o responsável pela manutenção. Em segundo ressaltou que não há reposição da árvore caída, em terceiro, nunca se fez em São Paulo um levantamento sobre raízes. Enfatizando então que se tem vários problemas de calçadas, em função disso. Observou que se tem tantos engenheiros florestais, tantas pessoas especializadas nisso, e quando aparece essas catástrofes não aparece um responsável, quando vai reclamar, nunca é com a pessoa. Não adianta fazer um trabalho bonito, se não tem a responsabilização da pessoa. **11)** Em resposta a Sra. Luciana começou dizendo para o Sr. Irineu que a ideia da disponibilização dos dados é exatamente isso, como o exemplo da arvore na calçada, e que se for habilitada a camada das árvores, onde tem a linha das calçadas com largura e declividade, tem a informação de uso de solo do entorno, tem um cadastro fiscal informando se aquela edificação é pública ou é privada, e se for privada, é de quem. Ressaltou que é um quebra cabeça que se vai montando, justamente para achar quem é o responsável, não só por uma questão de culpabilizar, mas também de cuidar, de propor melhorias para aquela área. Enfatizou então que o mapa oferece essa possibilidade, mas ele não vai te dar uma resposta direta, mas ele dá os insumos, porque se desse uma resposta direta poderia estar sendo tendenciosa, é com base no

dado aberto e transparente, fazer com que todo mundo, tanto prefeitura como cidadão, acessem essa informação. Ressaltou que já na questão exposta pela Sra. Viviane, e pegando um pouco o que o Sr. Alberto falou sobre a contribuição externa, se tem uma questão importante no GeoSampa, que é a validação de informação pela secretaria responsável. Então o que tem sobre habitação, tem uma validação da secretaria chancelada pela Secretaria Municipal da Habitação, que na verdade, não é nem validação é a própria secretaria que está disponibilizando aquele dado, e que isso vale para todos os temas, educação, saúde, meio ambiente e infraestrutura. Então uma colaboração direta para aparecer no GeoSampa, precisaria entender como o órgão faria, entrar em contato com essas secretarias para obter as informações. Ponderou que uma solução que talvez seja possível é trabalhar em uma plataforma participativa, deixando muito claro, o objetivo de que aquilo não é um dado oficial, e que alguns cuidados são necessários sempre, ressaltou que não é excesso, é uma responsabilidade de cada um, destacando que tem um grupo técnico intersecretarial do GeoSampa, que tem representantes de todas as secretarias. Ponderou que o que é bacana, é que nada impede que dentro da universidade ou de uma organização, possa construir um mapa colaborativo, e puxar tudo que tiver no GeoSampa, tipo conecta, baixa, distrito, lote, e cria um mapa, ressaltando que a ideia não ter um mapa absolutamente verdadeiro, porque na realidade nem sempre dá para chegar na diferença do Capão Redondo com Parelheiros, com Pinheiros. Ponderou, ainda, que é claro que sempre se quer trazer todas as informações, mas isso não inviabiliza esses projetos locais que tem uma riqueza bastante significativa, .observando que fica essa vontade de fazer essa plataforma colaborativa, mas que é importante que todos entendam, que o que está lá já tem uma chancela de algum órgão público, e por isso pode ser usado como oficial. Enfatizou ainda sobre o que a Sra. Viviane falou, tem um curso aberto para qualquer cidadão, e tem uma modalidade voltada aos servidores públicos também, e que todos são promovidos pela EMASP, geralmente eles publicam nas páginas da própria escola. Destacou que agora está saindo uma minuta de cursos para professores Ressaltando que receberam uma escola em janeiro deste ano, e perceberam que precisam formar as crianças, mas os professores que vão formar essas crianças também, que não estão mais trabalhando com mapas de papel, como era há algum tempo atrás, hoje as ferramentas são outras, são mais fáceis. Observou então quanto a questão da plataforma colaborativa está anotada a sugestão. Ressaltou que a Sra. Mariana falou das árvores, esclarecendo que os pontos de árvores que hoje tem no GeoSampa, são de levantamento com base em imagens, são árvores do sistema viário em torno de seiscentos mil, e que existe um outro sistema que é o sistema de gestão de arborização urbana, mas o GeoSampa está pronto para ser conectado a este sistema, então além de ver o pontinho, terão mais dados, assim

como tem dos acidentes e das ruas. Enfatizando então que saberá que árvore é aquela, a dimensão. Ressaltou que a ideia do sistema é isso, é conectar sistemas, que não adianta ter um levantamento restrito ou só aberto para um tipo de finalidade, ponderando que este é um sistema bem grande, operado por todas as subprefeituras, então é isso que vem sendo preparado, ele foi construído neste sentido. Com relação a fala do Sr. Alberto sobre a gestão colaborativa, esclareceu que não se abriu a plataforma, e que tem um ícone no GeoSampa que é um envelope, é o botão mais importante, e que correções, sugestões se pode entrar em contato. Não é mudado diretamente, mas esclareceu que entram em contato com a secretaria responsável, E que isso mais do que corrigir, é um processo de gestão participativa e compartilhada. Destacou que em vez de ter uma pessoa, ou um grupo pequeno de pessoas validando informação de toda a cidade, se ter em toda a cidade, ele também tem esse propósito. Ponderou para não fica questionando sozinho, porque o dado está errado, mas entre em contato para que haja a correção. Com relação aos córregos, que o Sr. Mauricio falou, o que se tem de hidrografia no GeoSampa é o mapeamento dos córregos, feito pela Poli, pela FCTH, no plano e escopo de drenagem, ele não tem especificamente as nascentes, embora dê para inferir. Destacou, ainda, que o que será muito útil para todo mundo é o modelo digital de terreno, porque processando essas imagens, dá para filtrar as áreas potenciais de nascentes para fazer cruzando com outros órgãos, que são dados de 2017 bem recentes, embora não haver mudanças na parte da reforma de terreno, com um nível ótimo de precisão, estes dados já estão disponíveis para download. Ressaltou, também, que a Universidade de São Paulo já trabalha com algumas coisas neste sentido, tanto a Poli, como a geologia, tirando muita informação destes arquivos. Ponderou então que acha que o mapa de nascentes pode enriquecer bastante até não se conseguir uma coisa que agrega com a colaborativa, nada substitui o outro, independentemente do método de cada um, mas um complementa o outro. **12)** O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Chucre, falou ainda sobre a questão levantada pelo Conselheiro Sr. Eduardo sobre o FUNDURB, que não é um problema de sistema, e sim de articulação de políticas públicas, ressaltando que acaba que cada secretaria tem suas prioridades, e que no dia a dia muitas obras acabam saindo desarticuladas e que então é um trabalho constante que é muito discutido, principalmente com a habitação, por ser o mais próximo, e com o meio ambiente também para tentar minimamente articular os investimentos do FUNDURB não sejam feitos de forma pulverizada. Destacou que concorda totalmente com o Conselheiro, de que perde muito o efeito do investimento, quando faz isolado no território, que não adianta nada fazer habitação, se não faz creche, se não faz a drenagem, se não faz infraestrutura, se não tem transporte. Enfatizou então, que esse é um problema geral da prefeitura de São Paulo, onde tem

tido um esforço, ressaltando as dificuldades que estão tendo para essa articulação. Enfatizou ainda, uma questão que também não foi dita, mas que é importante, que é a questão de imaginar que um dia essa plataforma, esse boletim que já é feito e emitido direto pelo site, deve substituir o BDT um dia. Ponderando que olhando essa plataforma no futuro, tem que pensar sempre na questão de licenciamento, com uma base de dados sólida, que poderia simplificar uma série de procedimentos ou de futuramente simplificação de processo de licenciamento, e que é muito mais do que isso, que envolve legislação e uma série de outras coisas, mas é um caminho para ser perseguido, também com essa questão de digitalização de base de dados para que todos tenham acesso. **13)** Em continuidade a pauta, o Sr. Luis Eduardo Surian Brettas da São Paulo Urbanismo, iniciou a apresentação sobre o Programa Centro Aberto, dizendo que aproveitando um pouco o que o Conselheiro Eduardo já havia falado anteriormente, ressaltou que é um programa que iniciou de alguma maneira na gestão passada, mas que pelo significado e pela qualidade, a atual gestão entendeu a necessidade de implementar cada vez melhor, de uma maneira mais clara, tentar analisar e entender a cidade como um todo. Abrindo um parêntese nessa apresentação, e falando um pouco sobre o que a Sra. Luciana falou no trabalho das informações geográficas, não existe gestão de cidade sem informações geográficas, sem posicionar o problema, e entender naquele lugar que ele acontece. Ressaltou então aqueles dados que ela colocou, por exemplo do plano de calçadas, a caracterização das calçadas veio por meio de dados que já tinham, foi criado extrações, que permitiram quantificar e valorizar o preço da qualificação, e isso é muito importante no dado geográfico, que no programa Centro Aberto também tem dados geográficos, e é uma das coisas mais importantes para identificar lugares onde com pouco investimento, ter uma requalificação bem grande daquele espaço, daquele território, permitindo que as pessoas possam usar melhor a cidade. Destacando então, que começou com uma experiência lá em 2013, com alguns estudos, e vem vindo ao longo de todo esse tempo se desenvolvendo, que o objetivo do programa são essas ações de proteção e priorização de pedestres, sempre estimular a permanência das pessoas no espaço público, este item muda completamente o relacionamento da pessoa com aquele lugar, aumenta segurança, a sensação da segurança e a segurança de fato, e que permite que outros parceiros e pessoas importantes da região, possam se apropriar do espaço público, e cada vez mais utilizar a cidade, como ela deve ser utilizada. Ressaltou que esses foram os pressupostos e os princípios que sempre é utilizado para poder fazer, destacando que para simplificar um pouco sempre é usado, o que é chamado de caixa de ferramenta, são elementos pré-projetados que vai desenvolvendo e trabalhando em cima de cada um deles, dependendo da característica daquele lugar que utilizada, pinça um ou outro, e vai fazendo. Ponderou que o

programa sempre tem uma metodologia de realimentação, onde faz uma proposta e umas análises pós-ocupação para tentar evoluir e requalificar a cada implantação que vai fazer, sendo que no início foi feito duas implantações básicas, que foram no Largo Paissandu e no Largo São Francisco, na sequencia foi feito uma ampliação para o Largo de São Bento, para a Galvão Bueno e para o Largo General Osório, e todos eles com suas diferenças e características completamente diferentes, tiveram um grande impacto, e uma requalificação em cada uma dessas regiões, e que cada um deles foi negociado, com os interlocutores que variam de cada lugar, no caso do São Francisco tinha o metrô cercando toda uma área, impedindo a circulação e a fruição das pessoas naquele lugar, e os projetos vão fazendo uma entrega que é negociado com a CET para a redução das transposições. Enfatizou que aqui claramente o pedestre tinha que circular por uma área muito grande, e de que vai evoluindo liberando áreas que era usado como suporte e na verdade para mal uso para amarrar barraca, e tudo mais, sempre mudando a forma de como a pessoa se relaciona com o espaço público. Destacou que o Largo Paissandu, é a mesma coisa, uma região de prostituição bastante grande, tráfico também bastante grande, muitos problemas, e quando foi implantado o programa lá, obviamente teve uma reação do tráfico, que cortavam, por exemplo o escorregador das crianças ao meio, e não permitir que o status quo do lugar fosse modificado, e vai entendendo a dinâmica, e o que aconteceu foi que as crianças começaram a aparecer, e eram as crianças daquelas ocupações que estão no entorno, que são filhos dos traficantes, filhos das prostitutas, e essa presença mudou a relação de segurança do lugar, quer dizer fica muito menos agressivo. Ponderando então, que são experiências que vai entendendo, e vai entendendo a dinâmica de cada lugar, e vendo como interferir. O Largo São Bento, de novo um relacionamento com o metrô, que ocupava essa área, como estacionamento de dez, quinze carros, e hoje há um espaço de convivência, que é permitido uma vida com muita gente ocupando um espaço, em vez de ter meia dúzia de automóveis parados. Expôs que sempre acontecem diversas ativações, e começamos a ter os parceiros, que entendem aquele lugar. O Largo São Bento, por exemplo, o SESC da Florêncio de Abreu que não tem infraestrutura física para fazer ativações, usa esse espaço para fazer ativações dele, têm equipamentos de karaokê, de projeção, então, qualquer um chega lá e se programa para fazer uma atividade, e faz. Destacou, ainda, que tem campeonato de xadrez, onde teve que aumentar a presença, porque acabou virando um polo de xadrez, Ressaltou que a General Osório é outra região na boca da cracolândia, cheia de problemas, uma pracinha pequena, mas que a implantação de um mínimo de infraestrutura, permite uma super utilização, e uma mudança da utilização e da relação das pessoas com o lugar e deque a Galvão Bueno, é um outro foco, um foco de melhorar com experiência de compra, uma relação completamente errada, entre o

espaço para o automóvel, e o espaço para as pessoas, e que tem muito mais pessoas circulando num lugar, do que pessoas dentro de automóveis, observando que então o que foi feito, foi justamente mudar a potência do carro naquele lugar, e permitir que o espaço ficasse mais voltado para as pessoas. Ponderou, ainda, que para cada implantação, sempre há pesquisas antes e depois das implantações, e é assim que vai dando a interpretação do impacto que aquele programa/projeto teve em cada um dos lugares, e que sem dúvida nenhuma, houve uma diversificação muito maior do uso, um aumento, um incremento da presença das pessoas, a qualificação, melhoria de segurança, entre outras, e que a partir disso, depois da implantação, acompanham a implantação de projeto, uma operação, que sempre tem uns monitores que disponibilizam mobiliário portátil, ou equipamentos, ou jogo de xadrez, uma bolinha de ping e pong, e por aí vai. Enfatizando que essa operação sempre existe, destacou que ela é monitorada. Ressaltou que tem os próprios monitores que recebem a indicação das atividades que alguém quer promover naquele lugar, e isso vai sendo tudo copilado e anotado, e fazendo as programações.. Observou que já tiveram muitas ativações que se beneficiaram dessas implantações e puderam realizar e requalificar, ajudar na requalificação daqueles espaços e que entram no que é chamado agora, só um complemento daquilo, esclarecendo que agora tem mídias sociais que informam todas estas ações, tanto das programações que as pessoas, se propõem a fazer nos lugares, quanto qualquer tipo de informação que pode ter sobre o espaço, está sendo documentada tanto no Instagram, quanto no Facebook para ir fazendo. Esclareceu que na fase três, de novo foi usado toda a informação geográfica que se tem para tentar identificar, que então queriam identificar locais onde pudesse ter o mesmo impacto, que conseguiu nesses projetos, que já foram implantados, ressaltando que começaram uma avaliação, enxergando todo o território e usando um mapa em que tinham vinte e oito parâmetros diferentes, de informação geográfica, geolocalização que vinham de todas essas informações que se tem da cidade e para cada informação dessa, foi criando uma ponderação, um peso diferenciado em função da característica do programa. Destacou que foi feito um mega trabalho de identificar e tentar entender, qual é a informação que vai ser extraída de tudo isso, e o cruzamento de cada camada dessa, com a ponderação que foi incluído, da importância que foi julgado aquela acamada, em relação a implantação do programa. Destacou, ainda, que foi feito isso para as 28 camadas, que chegou em um mapa síntese de lugares potenciais que poderiam receber esses programas, e a partir disso, foi feito analises, tentando identificar esses lugares, conseguindo extrair os primeiros vinte e seis lugares, destes vinte e seis a equipe inteira foi para campo para vistoriar em loco cada um dos lugares, e tentar extrair algumas informações, agregando algum tipo de informação subjetiva da análise de cada uma dessas pessoas que foram no lugar. Esclarecendo

então que era apresentado uma ficha com doze critérios que analisavam e pontuavam o lugar, e faziam uma análise de impacto no entorno e na fachada, característica daquele lugar, que tipo de imagem que era, e que isso voltou, e em cima dessas informações fotográficas e de dados que eram levantados, foram pontuados lugares, que foram pontuados considerando aspectos não só objetivos, mas subjetivos também, de lugares onde teriam maior potencial de impacto na região. Destacou que foi escolhido alguns lugares, esses lugares foram determinados, dez lugares, esses dez lugares foram divididos agora em duas fases, sendo que a primeira fase é de cinco que já está quase em fase de contratação, e na sequência já tem mais cinco lugares, para cada um desses no território. Observou que vão a campo e se relacionando com todos os responsáveis e todas as associações, e sociedade civil organizada de qualquer maneira, que queria contribuir com o projeto para tentar entender a visão do território com as pessoas que vivem lá, e tentar achar, interlocutores que também possam ser interessantes para poder fazer com que aquilo seja o mais assertivo possível. Ressaltou que aí vão para campo de novo com outro tipo de leitura, uma leitura mais com olhos para definir qual vai ser o programa do projeto, e que eles vão para campo com fichas objetivas em que cada um dos arquitetos e estagiários que vão a campo sabem exatamente onde vai ficar, ou o que ele vai contar ou observar, e voltam com todos esses dados que será mapeado e esses dados são os indicativos do desenvolvimento do projeto. Destacou que o trabalho é sempre por aí, onde começa um relacionamento muito grande com a CET, porque obviamente se quer melhorar a segurança, a qualificação do espaço, e outros. É sempre um trabalho de vai e volta, muitas reuniões naquela comunidade para tentar entender um pouco o perfil e quais são os objetivos e as necessidades, e depois disso ocorre o mapeamento de tudo isso, que gera os projetos, mas sempre tem um dado claro de cada lugar, onde se esta fazendo implantação, depois se começa a enfrentar os grandes problemas que foram detectados, como é que se vai enfrentar em termos de projeto, e apresentar alguns estudos preliminares, que vão tentar melhorar um pouco a condição do projeto. Enfatizou que essa é a fase que se encontra hoje, dessa implantação desses outros cinco lugares que deve estar acontecendo nos próximos meses e todos eles obviamente não na área central, exceto um que é no Glicério, mas os outros nove são em áreas mais afastadas da área central. Encerrou sua fala destacando que conforme informação do Secretário, tinha uma questão de repasse de recursos, e foram totalmente aprovados no FUNDURB, então não temos mais esta demanda em aberto. **14)** Em seguida a Secretária Executiva do CMPU, abriu as inscrições para perguntas referentes a apresentação. **15)** O Sr. Edilson Henrique Mineiro, Conselheiro titular do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1, começou dizendo que estava andando pelo parque São Rafael em São Mateus, e tinha uma praça numa centralidade

importante da região, mas em uma condição muito precária, dois metros de mato e com possibilidade de utilização da comunidade, uma comunidade basicamente formada por jovens, e pessoas trabalhadoras da periferia. Enfatizou que obviamente ficou muito triste, pois a cidade de São Paulo por ser gigante é cheia de problemas, mas se deparar com esse tipo de situação é sempre muito chocante. Então quando vê esse tipo de iniciativa, fica muito feliz, porque vê que a cidade convive com as duas coisas, com excesso de precariedade, mas também com iniciativas muito positiva, que temos que reconhecer a qualidade desse projeto. Ponderou que fica sempre tentando articular essas boas ideias com uma noção fundamental do plano, que é a noção da redução das desigualdades, mesmo com esse esforço importante, que temos que valorizar, que é o esforço de ampliação dessa experiência positiva, para outras regiões da cidade. Enfatizando que ainda fica com a sensação de que ela fica restrita a algumas regiões, que não são regiões mais carentes da cidade, que é uma experiência no M´boi Mirim, outra que vai ser em Itaquera, ou Ermelino Matarazzo, mas com exceção do M´boi ainda não são as regiões mais desenvolvidas da cidade, embora estejam na macro áreas que precisam de recuperação, Ponderou então, como podem contribuir para que isso chegue efetivamente na cidade, especialmente nas regiões onde o déficit de cidade é maior. Obviamente acha importante, valoriza a experiência que tem que ser aplaudida, mas fica ainda com a sensação de que temos que conectar isso com o esforço mais efetivo no sentido de redução das igualdades de fazer isso chegar na Cidade Tiradentes, no fundo de São Mateus, chegar no fundo da Zona Sul, enfim na cidade como um todo, a partir da sua perspectiva de inclusão. **16)** A Sra. Mariana Ferraz Kastrup, Conselheira titular do Viva Pacaembu, iniciou dizendo que todos os princípios do projeto é o que desejamos para a cidade do que ele seja atendido e de todo o esforço, para cumprir que esses princípios são bem vindos. Questionou que só não ficou claro como funciona a instalação deste programa, qual a diferença da requalificação de uma praça normal, porque optar por isso, porque não requalificar uma praça. Observou que trabalha com uma associação de bairro, sabe que tem que fazer um trabalho muito grande com a subprefeitura, tentar a verba parlamentar para fazer uma melhoria em uma praça. Então, queria entender melhor qual o "pulo do gato" para esse projeto. **17)** O Sr. Roque Pereira Morais, Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul, iniciou dizendo que o projeto é excelente, que só de ver já pula de alegria, e que gostaria de saber como pode contribuir de alguma forma mais clara e explicita, ou seja, fazendo a indicação de alguma praça na periferia, numa área mais carente. Questionou se há possibilidade de algum conselheiro fazer um ofício, e fazer esta demanda indicando o local. **18)** Em resposta, o Presidente do CMPU, explicou que tem muito tempo que o Sr. Eduardo Brettas cuida do programa. Esclareceu que tem uma reunião com o Secretário de

Turismo para tratar das questões da região central às 16:30, então terá que sair antes, mas que depois estará à disposição na sala, caso alguém precise. Com relação a fala do Sr. Edilson ressaltou que concorda, se perceber pelo mapa, é o primeiro movimento de se espraiar esse modelo, dentro de critérios que o Sr. Eduardo Brettas vai explicar, em uma das perguntas que alguém fez. Ponderou que tem critérios específicos tratados para fazer isso, e é obvio que se tivesse dinheiro, o ideal era começar pela periferia, mas o programa era originalmente como o próprio nome de "Centro Aberto", para ocupar os espaços aqui da região central, e o primeiro movimento que esta sendo feito é esse que você já identificou, ir para o M´boi Mirim e por enquanto para outras centralidades, e não em praças de fato da periferia. Ponderou que é um programa que se esta vendo que dá certo, e os resultados são muito positivos, e se deveria fazer isso em movimento, aumentar o orçamento para essas intervenções, e tentar fazer esse tipo de qualificação de praça que é muito mais do que a praça que se acabou de fazer na Subprefeitura, que é refazer calçada, por banquinho. Enfatizou que é muito mais completa essa intervenção, então é um projeto muito bacana que deveria tentar talvez ainda neste ano, ver se consegue pegar algumas de periferias e já deixar o projeto pronto, e o orçamento amarrado para o ano que vem. Ponderando que no meio do caminho temos eleição, ressaltou que então pelo menos já indicando que tem movimento deste programa de tentar ir para essas regiões. O Presidente agradeceu, pedindo desculpas por ter que sair antes, se não chegará atrasado ao compromisso. **19)** Em continuidade, o Sr. Eduardo Brettas da SP-Urbanismo, concorda com o que o Sr. Edilson, e com o que o Secretário colocou, destacando que hoje tinha um volume de recursos muito limitado para esse tipo de ação, então aqueles mapas todos, aquela construção foi justamente para ser o mais assertivo possível. Com o pouco de recurso que tinha, onde conseguiria o mais efetivo e atender a maior população possível. Obviamente isso não acontece nos extremos grandes, porque se você vai na Cidade Tiradentes esta atendendo especificamente aquela população, não que seja menos importante, ou menos vontade nossa, mas a hora que isso é mapeado para sobrepor todos os dados, vai chegando em uma cidade concêntrica como é a nossa, e sempre vai atender uma população maior, quanto mais próximo está da área central. Destacou que em todos os mapas foram feitos isso, excluído a área central do mapeamento, justamente para ter uma resposta um pouco diferente, em termos de hierarquização, mas da forma como o Secretário estava colocando, é mudar os parâmetros em função dos recursos que forem seguindo, ressaltando que quanto mais recurso, menos exigente em termos de relação de espaço, para poder permitir que o programa atinja outros lugares. Com relação a diferença, em uma requalificação de praça é que tentamos enxergar aquele espaço com as potencialidades, não só com um projeto de praça, uma requalificação de

gramado, ou uma colocação de banco. Esclareceu que estão tentando entregar um serviço agregado aquilo, e tentando entender e identificar quais são as potencialidades daquele lugar, e entender o que se pode exacerbar das coisas boas e reduzir das coisas ruins para fazer com que aquele espaço tenha uma presença cada vez maior de pessoas, ressaltando que o objetivo é muito isso. Ponderou que acreditam é que agregar isso em uma operação é fundamental para também requalificar e trazer mais parceiros para ativar aquele lugar, e que o objetivo é cada vez mais ter espaços públicos que sejam ocupados, a presença de pessoas é o melhor requalificador de espaço público, quanto mais pessoas propicias estarem no lugar, fará com que aquele lugar seja mais seguro, seja mais qualificado. Com relação a pergunta, de como é que se faz para poder conseguir colocar, destacou que hoje se tenta tirar essa variável da indicação e indo mais para a análise objetiva dos dados, ponderando que foi o mesmo caso, quando foi feito a seleção das calçadas que estão incluídas no PEC, como a Sra. Luciana estava colocando. Observou que aquela indicação foi completamente técnica, completamente objetiva, foi uma sobreposição de inúmeros dados geográficos de origem e destino, de polos de atração, de declividade, de outros equipamentos que fossem importantes estarem conectados que geraram aquele mapa. Observou, ainda, que foi uma análise muito clara e objetiva de dados que tem disponível na cidade. Enfatizando, concluiu sua fala, esclarecendo que neste primeiro momento, também com as limitações de recursos, se tem tentado ser o mais objetivo e assertivo possível usando todas essas informações que consegue coletar com os dados que se tem na cidade. **20)** Novamente com a palavra, a Conselheira Sra. Mariana do Viva Pacaembu apresentou ainda dúvida de como funciona, porque são cadeiras que precisam ser colocadas e tiradas. Solicitou entender como é gerido, é uma empresa que esta por trás, ou é a prefeitura, pois equipamentos mais robustos, uma cesta de basquete. Quando é pedido para repor a cesta, é super complicado uma reposição de cesta de basquete em uma praça, até pelo mal uso, e aqui vemos equipamentos delicados. Observou que veêm também essas plataformas de madeira, da para limpar embaixo, porque as pessoas dormem. Como é essa limpeza, é igual paletes, porque as vezes junta alimento, junta bichos, então é uma coisa complicada da limpeza. Questionou como é esse sistema de gestão que não entendeu como funciona. **21)** O Sr. Eduardo Brettas, que diz ser super importante mesmo, que a cidade precisa cada vez mais de ganhar gestão e zeladoria e que hoje tem uma série de dificuldades nisso, esse programa tem essa parte que é chamada de operação, ela é um contrato específico. Destacou que é aberto um processo licitatório para escolher empresas que vão fazer esta monitoria, zeladoria e operação daquele espaço. Enfatizou que eles são responsáveis por manter, por exemplo, se o programa é iniciado com cinquenta cadeiras de praia, não importa o que está acontecendo com a cadeira. Ressaltou que

para ter uma ideia no começo todo mundo achava que não iria sobrar uma cadeira, elas serão todas roubadas, pelo contrário, nunca houve problema de roubo, o único problema é que elas quebram, só que dentro do contrato de operação, ele é obrigado a disponibilizar cinquenta cadeiras. Destacando que não importa se uma, ou dez quebraram, no dia seguinte te que ter as cinquenta disponibilizadas. Quanto a limpeza e manutenção está toda incluída neste contrato de operação, durante todo o período de contrato, aquele contratado é o responsável por essa limpeza embaixo do deck. Enfatizou ainda que obviamente que em termos de projetos vai se tentando evoluir, então os novos projetos foram mudados, como a especificação do deck, que deixa de ter aberturas possíveis, por exemplo, tem o deck da São Bento e esses todos que estão implantados, uma vez por mês pelo menos, eles são obrigados a entrar lá e fazer toda a remoção de detrito que possa ter lá embaixo, e manter a limpeza do lugar. Ponderou que a qualificação é justamente essa, esse contrato de operação é fundamental para esse programa, ele permite que tenha sempre o espaço operando, e os mesmos equipamentos que haviam no começo, que, por exemplo, alguém chega lá e quer fazer um karaokê, ele vai ter um equipamento de som, e vai ter um projetor, e é só pedir que alguém monta para ele. Então, todo programa é assim e tem esses equipamentos que estão disponibilizados lá. **22)** Novamente com a palavra O Conselheiro Sr. Irineu do CMTT, diz que achou muito importante os equipamentos, por exemplo, não têm os patinetes que precisa pagar, e porque não interessa fazer uma licitação para essas companhias que alugam bicicletas, patinetes, skates. O problema de remuneração é dele, e não do poder público, "nós queremos usar", "nós temos que pagar", porque culturalmente o brasileiro é aquele negócio "o problema não é meu, é do poder público". No mudo inteiro funciona diferente, você paga tudo, em todo lugar você paga, em Nova York você paga, em Londres, Paris, porque aqui não pagamos. Você quer usar a cadeira, tudo bem, tem uma empresa interessada que ela faz o serviço, o poder público implanta e depois o resto é consequência do capitalismo, do investidor. Se o investidor quer, então põe, por que o poder público. Exemplificou dizendo que "Não concordo com o poder público, o que queremos, queremos ter conforto, também quero, mas tem que pagar. **23)** O Sr. Eduardo Brettas, dando uma posição para o questionamento e colocação em questão, ressaltou que se vive numa cidade muito desigual que a capacidade e o poder aquisitivo são muito desiguais e que então hoje, o que se esta precisando e tentar fazer, é com que a cidade tenha espaços de convivência e permanecia, mais qualificados e que neste momento o grande objetivo é trazer pessoas, trazendo pessoas, tendo pessoas naquele espaço, com certeza teremos um espaço mais seguro, mais qualificado. Observou, ainda, que neste momento não há o menor interesse e intenção de fazer uma licitação para com esse viés arrecadatório, é muito mais com a intenção de permitir que tenhamos espaços

para a presença de pessoas, porque isso é um enfrentamento das outras questões urbanas que também custam para cidade. Observou, também, que tem custos muito grandes de segurança, e de zeladoria, e com a presença de pessoas minimizamos esses custos, e o ganho da cidade vem de outra maneira, e neste momento ela não precisa disso. Concluiu enfatizando que no momento que se tiver uma cidade menos desigual, poderia ser alguma relação possível. **24)** Em sequência a Secretária Executiva do CMPU, informando que ficou marcada a próxima Reunião Ordinária para o dia 23 de abril, e diz que passará como foi deliberada na resolução as inscrições que foram efetivadas após esta reunião para a CTLU e CPPU. **Encerramento:** A reunião foi encerrada às 16h05min.

ENTIDADADES/MEMBROS AUSENTES:
ORGÃOS MUNICIPAIS:
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG;
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM;
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF;
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC;
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB;
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT;
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS – SIURB;
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SMTE;
SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO:
MACORREGIÃO NORTE 1;
MACORREGIÃO NORTE 2;
MACORREGIÃO OESTE;
MACORREGIÃO CENTRO
MACORREGIÃO LESTE 1;
MACORREGIÃO LESTE 2;
MACORREGIÃO SUL 1;
MACORREGIÃO SUL 2;
SOCIEDADE CIVIL:
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO:
MACRORREGIÃO NORTE 1;
MACRORREGIÃO NORTE 2;
MACRORREGIÃO LESTE 1;
MACRORREGIÃO SUL 2;
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG'S;
MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS;

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES;
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH.

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:

SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO;
SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS;
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC;
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD;
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNÍCIPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI – CIMBAJU;
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP – CIOESTE;
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT.

PRESIDÊNCIA

_____

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE
PRESIDENTE

APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

_____

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

_____
ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

_____
ANA MARIA GAMBIER CAMPOS
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL

_____
LUCILA DE ALMEIDA SAMPAIO MAGALHÃES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

_____
RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

_____
MATILDE DA COSTA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB

_____
DIRCE CARREGÃ BALZAN
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

_____
LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO
TITULAR

_____
ROSÉLIA MIKIE IKEDA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

_____
GUILHERME GALUPPO BORBA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

_____
TATIANA GOMES LOPES
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

PATRICIA SARAN
TITULAR

COMPANHIA MEROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

SINÉSIO APARECIDO DA SILVA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACORREGIÃO
MACORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS
SUPLENTE

MACORREGIÃO CENTRO

ALBERTO MILANI JUNIOR
SUPLENTE

MACORREGIÃO LESTE 2

JOÃO ESTEVAM DA SILVA
SUPLENTE

MACORREGIÃO SUL 1

ROQUE PEREIRA MORAES
TITULAR

MOVIMENTOS DE MORADIA

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
TITULAR (1)

VANI POLETTI
SUPLENTE (4)

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

MARIANA FERRAZ KASTRUP
TITULAR (1)

ROBERTO ROLNIK CARDOSO
TITULAR (3)

SETOR EMPRESARIAL

JULIANA BRAGA PAVIATO
SUPLENTE (1)

SERGIO GARRIDO CINCURA
SUPLENTE (2)

EDUARDO DELLA MANNA
SUPLENTE (4)

ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

GABRIELA DE MATTOS
SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

VIVIANE MANZIONE RUBIO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

_____

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR

_____

IRINEU BURIN
SUPLETE

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:
SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

_____

MÁRCIA RENATA ITANI
SUPLENTE

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

_____

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES
TITULAR